

Prefácio

No início do novo milênio, as economias regionais enfrentam mudanças decisivas. A globalização do comércio e da atividade econômica cada vez mais testa a capacidade dessas economias de adaptar-se e manter sua vantagem competitiva. Há uma tendência de alargamento das lacunas de crescimento e renda entre as regiões e dentro delas, e aumenta o custo de manutenção da coesão social. A rápida evolução tecnológica e a utilização mais intensiva do conhecimento oferecem novas oportunidades para o desenvolvimento local e regional, mas exigem mais investimento das empresas, reorganização do trabalho e da produção, mais capacitação e melhorias ambientais.

Em meio a essas mudanças e turbulência, as regiões continuam a seguir caminhos bem diferentes. Algumas delas logram êxito e impulsionam o crescimento. Outras são menos bem sucedidas em atrair comércio e outras atividades econômicas. Muitos territórios detentores de vínculos frágeis com as fontes da prosperidade, debilitados pela migração e envelhecimento, e atrasados em relação à infraestrutura e investimento privado, encontram dificuldades para acompanhar a tendência geral.

Ao mesmo tempo, os governos centrais já não são o único provedor da política territorial. A distribuição vertical de poder entre os diferentes níveis de governo deve ser reavaliada, bem como a descentralização dos recursos fiscais, para melhor atender as expectativas dos cidadãos e melhorar a eficiência da política. As autoridades públicas precisam ponderar os desafios atuais, avaliar as estratégias traçadas nos últimos anos e definir novas opções.

Em resposta a uma necessidade de estudar e difundir estratégias inovadoras de desenvolvimento territorial e governança de forma mais sistemática, a OCDE criou o Comitê de Política de Desenvolvimento Territorial (CPDT) em 1999, como fórum único para o intercâmbio e debate internacional. O CPDT desenvolve inúmeras atividades, inclusive uma série de *Análises Territoriais Nacionais*. Estes estudos seguem uma metodologia padrão e um arcabouço conceitual comum, que permitem que países compartilhem suas experiências e divulguem informações sobre boas práticas.



From:
OECD Territorial Reviews: Brazil 2013

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/9789264123229-en>

Please cite this chapter as:

OECD (2013), "Prefácio", in *OECD Territorial Reviews: Brazil 2013*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264189058-1-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.